

Carta-Compromisso com o Serviço Público de Minas Gerais

Resposta às reivindicações das entidades e registro do diálogo com o funcionalismo estadual

Belo Horizonte, 28 de julho de 2026.

Às entidades sindicais e representativas dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais

Recebi a Carta-Compromisso construída por vinte entidades do funcionalismo estadual e a li inteira, com a atenção que um documento assim merece. Em vez de assiná-la, respondo a ela: reivindicação por reivindicação, dizendo o que assumo, o que me comprometo a estudar e o que não vou prometer.

Nosso encontro foi além do documento. Antes das manifestações públicas, apresentei minha posição sobre cada reivindicação. Na sequência, dirigentes e representantes das entidades formularam perguntas, ofereceram propostas e relataram problemas específicos. Esta carta registra as duas etapas: a resposta aos vinte e dois itens apresentados e as respostas dadas durante o diálogo.

Começo por onde nenhuma campanha gosta de começar. No terceiro quadrimestre de 2025, a despesa de pessoal do Executivo de Minas Gerais ficou em 48,22% da Receita Corrente Líquida, acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso aciona, por si só, as vedações do art. 22, parágrafo único: nenhum aumento ou reajuste, nenhuma criação de cargo, nenhuma alteração de carreira que aumente despesa. O Estado fechou o ano com disponibilidade de caixa negativa acima de R\$ 11,3 bilhões e projeta déficit de R\$ 5,2 bilhões em 2026. A partir de 1º de janeiro de 2027, o art. 41-A da mesma lei transforma essa insuficiência de caixa em vedação automática.

Quem prometer a vocês, nesta campanha, aumento linear, concurso amplo para todas as carreiras ou recomposição de quinze anos de inflação está prometendo o que a lei proíbe. Prefiro assinar menos e cumprir.

1. Política salarial e valorização das carreiras

Assumo o compromisso de:

- a) Instalar a Mesa Permanente de Negociação nos primeiros noventa dias de governo, com ata publicada após cada reunião, calendário fixo, encontros ordinários mensais e pauta divulgada previamente.
- b) Encaminhar à Assembleia Legislativa, todo ano até 1º de outubro, projeto de revisão geral anual da remuneração, com o percentual que a capacidade fiscal do Estado comportar. Quando esse percentual for zero, dizer isso publicamente, na Mesa, com os números abertos.
- c) Publicar, em até cento e oitenta dias, inventário de todos os acordos firmados entre o Estado e as entidades, com a situação de cada um, e cumprir os homologados judicialmente segundo cronograma pactuado na Mesa.

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- d) A situação dos acordos administrativos ainda não homologados, para identificar as providências necessárias, promover a formalização jurídica cabível e verificar a validade, sempre que houver possibilidade fiscal e legal.
- e) Levantamento técnico das perdas remuneratórias por carreira desde a instituição da política remuneratória estadual, publicado em até cento e oitenta dias, como base da negociação.
- f) Revisão dos planos de carreira para corrigir distorções e reorganizar estruturas, respeitada a vedação atual ao aumento de despesa agregada.
- g) Impacto de fixar o vencimento básico em valor não inferior ao salário mínimo nas carreiras de base, com regra de transição e avaliação dos efeitos sobre adicionais, aposentadorias, contribuições, gratificações e quinquênios.

Não assumo: Percentual de reajuste, nem plano imediato de recomposição das perdas acumuladas. Enquanto o Estado estiver acima do limite prudencial, esse compromisso não pode ser cumprido. A jurisprudência do Supremo é clara ao afirmar que a omissão na revisão geral não gera direito a indenização, o que significa que uma promessa de índice não protegeria ninguém.

2. Fortalecimento do IPSEMG

Em resposta à ASCON-IPSEMG e ao SISIPSEMG, reafirmo que o Instituto está diretamente ligado à responsabilidade do governador e precisa ser reconstruído com participação de quem o conhece, financia e utiliza.

Assumo o compromisso de:

- a) Não privatizar o IPSEMG. O Instituto será tratado como patrimônio dos servidores públicos e de suas famílias, não como ativo para alienação.
- b) Manter o Hospital Governador Israel Pinheiro e as unidades hoje em funcionamento, com plano de melhoria de gestão apresentado no primeiro ano.
- c) Não reduzir a participação do Estado no custeio do Instituto.
- d) Reestruturar as unidades regionais do Instituto para o atendimento ao servidor do interior.
- e) Repor as vacâncias dos quadros assistenciais, que estão entre as hipóteses permitidas em lei, após dimensionamento das especialidades e das unidades prioritárias.
- f) Assegurar a participação das entidades nos grupos de trabalho sobre assistência, custeio e gestão do Instituto.

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- g) Auditoria pública das contas do IPSEMG e grupo de trabalho sobre o modelo de custeio da assistência à saúde, com participação das entidades e dos servidores que conhecem o funcionamento do Instituto.
- h) Ampliação da rede credenciada por macrorregião, com prioridade para os vazios assistenciais e dentro do orçamento existente.
- i) Composição da força de trabalho, expansão da pejetização, funcionamento da rede própria, gestão dos contratos e rotatividade das equipes, com prioridade para a continuidade e a segurança do atendimento.

Não assumo:

Construção imediata de novas unidades da rede própria. É o modelo mais caro de ampliar cobertura, e promê-lo agora poderia adiar o atendimento de quem hoje não encontra credenciado em sua cidade. A rede própria será preservada e fortalecida; qualquer expansão física dependerá de estudo regional, demonstração de custeio e prioridade assistencial.

3. Previdência e seguridade social

Assumo o compromisso de:

- a) Instalar, em até noventa dias, grupo de trabalho com as entidades signatárias para examinar as regras de aposentadoria decorrente de acidente de trabalho, a faixa de isenção, as regras de pensão por morte e as tabelas progressivas de contribuição, com relatório público ao fim dos trabalhos.
- b) Submeter a parecer jurídico específico a possibilidade de conversão do tempo de serviço prestado em condições de insalubridade, considerando as restrições introduzidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

Não assumo:

A revogação da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, nem a suspensão imediata da sua cobrança. Digo isso aqui, e não depois. O art. 40, § 18, da Constituição determina a incidência sobre proventos que superem o teto do Regime Geral e não deixa essa escolha ao Estado. O art. 149, § 1º-A, permitiria cobrar de tudo o que ultrapassa um salário mínimo; Minas Gerais cobra apenas do que ultrapassa três, de modo que a isenção vigente já é três vezes maior do que a Constituição exigiria. Suspender a cobrança por ato do Executivo seria renúncia de receita previdenciária sem lei e sem medida compensatória, contra o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, agravando o déficit que a própria Constituição manda equacionar.

O que é competência do Estado, especialmente a faixa de isenção e o desenho das tabelas, estará no grupo de trabalho acima e será discutido sem reservas.

4. Defesa do serviço público e do patrimônio público

Assumo o compromisso de:

- a) Não terceirizar funções típicas de Estado nem substituir servidor efetivo por contrato precário em atividade permanente.
- b) Manter a reposição de vacâncias em educação, saúde e segurança, nos termos autorizados em lei.
- c) Apresentar, em até cento e oitenta dias, plano de dimensionamento da força de trabalho estadual, para que os concursos estejam prontos assim que houver espaço fiscal, em vez de improvisados.
- d) Fixar teto para cargos comissionados, com descrição das funções e publicação da lotação por órgão.
- e) Não privatizar a UEMG, a Unimontes ou o IPSEMG.
- f) Não privatizar a Cemig e a Copasa sem referendo popular, como determina a Constituição do Estado.
- g) Dar publicidade a cada etapa do Propag, com audiência pública na Assembleia Legislativa antes de qualquer decisão sobre ativos estaduais.
- h) Submeter eventuais concessões de aeroportos e rodovias a avaliação independente, fiscalização permanente, metas de investimento, modicidade tarifária e transparência contratual.

Não assumo:

A interrupção de toda terceirização. Existem atividades acessórias nas quais a contratação externa pode ser adequada, desde que não substitua carreira permanente, não transfira função típica de Estado e seja submetida a controle público.

A interrupção automática dos processos de federalização em curso. Eles integram a adesão ao Propag, que hoje sustenta a renegociação da dívida do Estado, e a União tem até 31 de dezembro de 2026 para decidir sobre os ativos oferecidos. Prometer interromper esse processo seria prometer descumprir um contrato que o próximo governo recebe em andamento. O que posso garantir é controle social, publicidade e transparência sobre cada passo.

A proibição geral de concessões. A iniciativa privada pode contribuir em setores de infraestrutura e na prestação complementar de serviços de saúde, sob regulação firme e responsabilidade pública. Educação pública, IPSEMG, UEMG e Unimontes não integram essa agenda.

5. Justiça fiscal e fortalecimento das finanças públicas

Assumo o compromisso de:

- a) Publicar relatório anual de gastos tributários, com avaliação das contrapartidas efetivamente entregues por cada benefício em vigor, medidas em desenvolvimento regional, emprego e renda.
- b) Não conceder nem prorrogar benefício fiscal sem contrapartida mensurável, estudo prévio de impacto e prazo determinado.
- c) Submeter todo benefício vigente a reavaliação obrigatória no seu vencimento, com decisão fundamentada e pública.
- d) Buscar o equilíbrio fiscal também pelo lado da receita, e não apenas pela contenção da folha e dos serviços.

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- e) Revisão dos benefícios vigentes, observados os contratos, os prazos de convalidação firmados no âmbito do CONFAZ e a segurança jurídica.

Não assumo:

A suspensão imediata e unilateral dos benefícios já concedidos. Ela produziria insegurança e litígio sem garantir arrecadação. Registro, porém, que a partir de 2027 a própria Lei de Responsabilidade Fiscal veda conceder ou ampliar benefício tributário quando o caixa for insuficiente, de modo que a preocupação apresentada pelas entidades passa a ter força de lei.

Respostas às manifestações feitas durante o encontro

Os cinco eixos acima respondem aos vinte e dois itens da Carta-Compromisso. As questões gerais apresentadas pelo SINDPÚBLICOS estão contempladas nesses eixos. Registro, a seguir, as respostas dadas às perguntas e às propostas apresentadas ao vivo, para que o diálogo produzido no encontro também integre este documento.

6. Administração tributária e caminhos para ampliar a receita

Em resposta às manifestações da AFFEMG, da ASSEMINAS, do SINDIFISCO e do SINFAZFISCO, afirmei que Minas Gerais precisa ampliar sua capacidade de receita sem transformar o cidadão que paga corretamente em alvo permanente de novos encargos.

Assumo o compromisso de:

- a) Construir relação institucional com o Governo Federal, independentemente de divergências partidárias, para buscar investimentos, programas e recursos destinados a Minas Gerais. O Estado não será utilizado como trincheira contra Brasília.
- b) Fortalecer a administração tributária com competência técnica, pessoal qualificado e tecnologia, reconhecendo que combater a evasão e a sonegação exige servidor público valorizado.
- c) Conectar o planejamento regional a centros de pesquisa, parques tecnológicos e universidades, para transformar conhecimento em desenvolvimento e receita.
- d) Implantar governos regionais sem criar uma nova camada de cargos comissionados, utilizando estruturas existentes para aproximar decisões, integrar órgãos e resolver obstáculos concretos à atividade econômica.
- e) Revisar programas governamentais para corrigir sobreposições, identificar ações duplicadas e organizar a atuação intersetorial do Estado.

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- f) O dimensionamento dos quadros, os efeitos da defasagem remuneratória, a evasão de auditores e fiscais para outras unidades da Federação e as prioridades de reposição.

Não assumo:

Elevar impostos como primeira resposta ao desequilíbrio fiscal. O caminho começa pelo combate à evasão e à sonegação, pela cooperação federativa, pelo desenvolvimento regional e pela eficiência administrativa.

7. Educação básica: respostas à APPMG e ao SIND-UTE/MG

Assumo o compromisso de:

- a) Tratar a Secretaria de Estado de Educação como área estratégica, não como moeda de troca. A direção da pasta será escolhida por capacidade de gestão, compromisso público, conhecimento técnico e experiência.
- b) Organizar a política educacional em torno da aprendizagem na idade adequada, com acompanhamento das defasagens e apoio às escolas que mais precisam.
- c) Fortalecer o controle sobre aquisições, contratos e materiais didáticos, com divulgação dos beneficiários, critérios, entregas, objetos, pagamentos e resultados.
- d) Dimensionar a força de trabalho da educação, preparar concursos nas hipóteses permitidas em lei e reduzir gradualmente a dependência estrutural de contratos temporários.
- e) Enfrentar a violência escolar por meio da integração entre assistência social, educação, famílias, saúde e segurança pública, com prevenção e protocolos de resposta.
- f) Não ampliar o modelo de concessão das escolas antes da avaliação dos contratos já firmados.

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- g) O cumprimento do piso salarial profissional nacional, considerando a estrutura remuneratória, o impacto orçamentário, a jornada efetiva e a legislação estadual.
-

- h) A revisão dos planos de carreira dos profissionais da educação, com atenção à escolaridade, à formação continuada, à progressão e ao tempo de serviço.
- i) Os contratos relativos às noventa e cinco escolas submetidas a leilão, com avaliação financeira, jurídica e pedagógica, inclusive quanto às possibilidades de revisão ou anulação.
- j) As denúncias relacionadas à fragmentação contratual, aos materiais didáticos questionados e ao uso de múltiplos CNPJs, com encaminhamento das irregularidades aos órgãos competentes.

Não assumo:

A anulação imediata dos contratos das noventa e cinco escolas sem conhecer as obrigações, os riscos e as travas jurídicas. Minha disposição política é não expandir o modelo sem avaliação; qualquer decisão sobre os contratos existentes será fundamentada e pública.

A expansão da escola cívico-militar como resposta geral para os problemas da rede. Um colégio militar possui estrutura própria, jornada ampliada, pedagogia definida e profissionais valorizados. Reproduzir apenas símbolos ou disciplina aparente não resolve aprendizagem nem violência.

Um percentual imediato para o piso sem cálculo e sem fonte de financiamento. O compromisso é examinar a obrigação, abrir os números e construir a solução possível.

8. UEMG e Unimontes: respostas à ADUEMG e à ADUNIMONTES

Como afirmei à ADUEMG, estou há dois anos no MDB e integro um partido plural. Não transfiro ao partido a responsabilidade por posições que são minhas, nem escondo minhas posições para evitar divergências internas. Minha resposta sobre as universidades é própria, pública e inequívoca.

Assumo o compromisso de:

- a) Não privatizar a UEMG ou a Unimontes.
- b) Preservar a autonomia acadêmica e reconhecer as universidades estaduais como instrumentos de desenvolvimento científico, econômico e regional.
- c) Integrar UEMG e Unimontes ao planejamento de Minas Gerais, com participação em estudos, políticas públicas e projetos relacionados às vocações de cada território.

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- d) As condições necessárias para reter profissionais qualificados, a defasagem remuneratória, a estrutura das carreiras e a evasão de docentes e servidores.
- e) Um planejamento plurianual para assistência estudantil, custeio, extensão, infraestrutura, pesquisa e pessoal, compatível com a capacidade fiscal de Minas Gerais.

Não assumo:

A recomposição imediata e integral de toda a defasagem acumulada pelas universidades. Assumo a construção de prioridades, o diagnóstico e a negociação, sem oferecer uma promessa que a situação fiscal atual impede de cumprir.

9. Saúde pública: respostas à ASTHEMG, ao SINDPROS e ao SIND-SAÚDE

Assumo o compromisso de:

- a) Dimensionar a força de trabalho da saúde estadual, identificando a distribuição regional, as especialidades em falta, as perdas de profissionais e as previsões de aposentadoria.
 - b) Fortalecer as carreiras permanentes e reduzir o uso de vínculos precários em atividades contínuas, especialmente quando a rotatividade comprometer a humanização e a segurança do cuidado.
 - c) Incluir as carreiras de menor remuneração no levantamento geral das perdas e das distorções remuneratórias.
-

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- d)** A proposta de carreira interfederativa apresentada pelo SIND-SAÚDE, considerando as competências federativas, as diferenças regionais de custo de vida, o financiamento e o impacto previdenciário.
- e)** Alternativas para ampliar a estabilidade das equipes no interior e fortalecer a continuidade territorial do atendimento.

Não assumo:

A implantação unilateral, pelo Governo de Minas Gerais, de uma carreira nacional ou de remuneração idêntica em todas as unidades da Federação. A proposta depende de decisões federativas e de instrumentos que ultrapassem a competência do governador. Isso não impede que Minas Gerais estude o modelo, organize melhor suas próprias carreiras e participe do debate nacional.

10. Defesa agropecuária: respostas à ASSIMA e ao SINDAFA

Reconheço que a defesa agropecuária protege a economia, a reputação dos produtos de Minas Gerais e a saúde pública. A atividade fiscalizatória não é acessória: ela permite certificação, circulação e exportação.

Assumo o compromisso de:

- a)** Incluir os fiscais agropecuários e os fiscais assistentes agropecuários no levantamento das perdas remuneratórias e no dimensionamento da força de trabalho.
- b)** Publicar a situação do acordo administrativo firmado em 2018, depois de examinar seu conteúdo, as providências ainda pendentes e sua validade.

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- c)** A formalização ou homologação do acordo, quando houver possibilidade fiscal e jurídica.
- d)** A reestruturação do plano de carreira, considerando a composição das gratificações, os efeitos sobre aposentadorias e o vencimento básico.

Não assumo:

O cumprimento automático de qualquer acordo administrativo sem análise fiscal, jurídica e orçamentária. Qualquer reestruturação remuneratória deverá apresentar fonte de financiamento, impacto e prioridade. O fato de a carreira contribuir para a receita e para o agronegócio será considerado nessa avaliação.

11. Segurança pública: respostas ao SINDEPOMINAS e ao SINDPOL

As manifestações da segurança pública reforçaram a necessidade de reconstruir a confiança entre o Governo e as carreiras. Também foi lembrado que compromissos aprovados ou apresentados pelo próprio Governo não podem ser abandonados sem explicação e negociação.

Assumo o compromisso de:

- a)** Manter válidas as cartas específicas construídas com o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil e a Polícia Militar, que complementam este documento.
- b)** Cumprir os acordos formalmente assumidos pelo meu governo e dar publicidade às condições, aos prazos e às responsabilidades de cada compromisso.
- c)** Garantir autonomia técnica, cobrança de resultados, estrutura, integração, legalidade e recursos às instituições da segurança pública.
- d)** Não utilizar operações policiais para produzir imagem política nem simular funções que pertencem aos profissionais da segurança.
- e)** Incluir as carreiras da segurança no inventário de acordos, no plano de dimensionamento da força de trabalho e na Mesa Permanente de Negociação.

As cartas específicas foram construídas após reuniões com as categorias, não por preferência de uma área sobre outra. A mesma metodologia permanece aberta aos demais setores do serviço público.

12. Meio ambiente: respostas à ASIVERDE e ao SINDSEMA

Ficou registrada a continuidade do diálogo já iniciado sobre o programa ambiental. A política ambiental de Minas Gerais depende de instituições capazes e de servidores com condições de trabalho, formação técnica e segurança funcional.

Assumo o compromisso de:

- a) Fortalecer a autonomia técnica das carreiras responsáveis por fiscalização, gestão de recursos naturais e licenciamento.
- b) Incluir os órgãos ambientais no plano de dimensionamento da força de trabalho e as respectivas carreiras no levantamento das perdas remuneratórias.
- c) Buscar um licenciamento ambiental previsível, técnico e transparente, capaz de proteger o patrimônio ambiental e oferecer segurança jurídica.

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- d) A estrutura regional dos órgãos, a evasão de profissionais, os planos de carreira e as prioridades de recomposição dos quadros.

13. Sistema socioeducativo: resposta ao SINDSISEMG

Assumo o compromisso de:

- a) Não transferir a particulares o exercício de funções típicas de Estado ou de poder de polícia no sistema socioeducativo.
- b) Incluir o sistema socioeducativo no plano de dimensionamento da força de trabalho e no levantamento das perdas remuneratórias.
- c) Manter diálogo específico sobre condições de trabalho, formação continuada, saúde ocupacional e segurança institucional.

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- d) A organização das escalas, a política de cogestão, a reposição dos quadros e a reestruturação das carreiras.

14. Transporte e obras públicas: resposta ao SINTDER/SINTTOP

O Departamento de Estradas de Rodagem e a política de transportes precisam ser tratados como instrumentos de desenvolvimento e integração de Minas Gerais. A malha rodoviária exige planejamento permanente, e a retomada ferroviária será uma prioridade estrutural.

Assumo o compromisso de:

- a) Elaborar plano estadual de manutenção, recuperação e segurança rodoviária, com critérios públicos relacionados a acidentes, condições do pavimento, escoamento da produção, transporte coletivo, transporte escolar e volume de tráfego.
- b) Fortalecer a capacidade técnica do Departamento de Estradas de Rodagem para elaborar projetos, fiscalizar contratos e organizar prioridades.
- c) Incluir o órgão no plano de dimensionamento da força de trabalho e criar mecanismos de transmissão da memória técnica dos servidores experientes.
- d) Organizar canais regionais de atendimento para que municípios apresentem demandas e recebam resposta sem depender de deslocamentos constantes até Belo Horizonte.
- e) Buscar parceria com o Governo Federal para projetos ferroviários capazes de estimular novas atividades econômicas, integrar regiões e reduzir custos logísticos.

Comprometo-me a estudar, com prazo e devolutiva pública:

- f) O modelo de funcionamento e a localização administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, inclusive os efeitos da transferência para a Cidade Administrativa sobre o acesso dos municípios e o trabalho dos servidores.

g) Projetos ferroviários conectados às vocações regionais, inclusive o potencial de ligação entre Pirapora e o Noroeste de Minas Gerais.

Não assumo:

A mudança imediata da sede do Departamento de Estradas de Rodagem sem estudo financeiro, operacional e patrimonial. O compromisso imediato é garantir acesso, presença regional e resposta institucional.

15. Governabilidade, escolhas técnicas e relação com os partidos

Durante a reunião, fui questionado sobre indicações políticas e sobre posições adotadas por integrantes do MDB em outros momentos. Minha resposta foi direta: o partido é plural, não define cada posição que assumo e não estará acima dos interesses de Minas Gerais.

Assumo o compromisso de:

- a)** Escolher dirigentes de áreas estratégicas por capacidade de gestão, compromisso público, conhecimento técnico e experiência.
- b)** Preservar educação e saúde como núcleos programáticos do governo, sem transformá-las em simples espaços de acomodação partidária.
- c)** Dialogar com adversários, aliados e diferentes bancadas para construir governabilidade, sem abandonar os compromissos registrados nesta carta.
- d)** Responder por minhas próprias decisões, sem atribuir ao partido glórias ou responsabilidades que não são minhas.

Não assumo:

A ficção de governar sem alianças em uma Assembleia Legislativa plural. A população escolhe o Executivo e compõe o Legislativo com diferentes partidos. Governar exige diálogo. Esse diálogo terá limites programáticos e não autorizará a entrega de áreas essenciais a pessoas despreparadas.

16. Sobre o método

Esta carta não encerra o diálogo. Ela sistematiza o começo de uma relação institucional com as entidades que conhecem, por experiência direta, o funcionamento do Estado.

Cada compromisso com prazo explícito terá forma de verificação e responsável. O Governo apresentará, uma vez por ano, relatório público de cumprimento na Mesa Permanente de Negociação, inclusive sobre aquilo que não tiver sido realizado, com a explicação dos motivos.

Os compromissos de estudo não serão usados como adiamento. Cada grupo de trabalho terá composição, prazo e produto definidos. O resultado poderá ser favorável ou contrário à proposta original; a obrigação do Governo será decidir com dados, explicar a decisão e publicar a devolutiva.

Não prometo eliminar, de uma vez, as perdas acumuladas, os problemas construídos durante muitos anos ou as restrições fiscais. Prometo diálogo permanente, escolhas responsáveis, informações abertas e respeito a quem faz o Estado funcionar.

Minas Gerais não será reconstruída contra os servidores públicos. Será reconstruída com eles.

Assino o que posso cumprir. Prefiro a conversa mais difícil hoje à cobrança justa depois.

Gabriel Azevedo

Pré-candidato ao Governo de Minas Gerais